Revista
ADEP-MG
Ano 10 - nº 11 | Dezembro de 2021
Publicação da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais

Longe da meta

Prazo para que todas comarcas tenham defensoras e defensores públicos termina em 2022, mas a meta está longe de ser cumprida

- ALMG homenageia os 40 anos da ADEP-MG
- Entrevista com Alexandre Silveira, o novo senador por Minas Gerais
- ADEP-MG desenvolve diversas ações na luta contra o racismo

Foto: Árvore Filmes

A COR VERDE REPRESENTA A ESPERANÇA. O VERDE É A COR DA DEFENSORIA PÚBLICA. ESPERANÇA DE JUSTIÇA E DE DIAS MELHORES PARA TODOS NÓS.

ADEP-MG e DPMG iluminaram cidades de verde em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública. Confira na página 14.

ADEPMG
ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS

Av. Barbacena, 472 – 13º andar – Barro Preto
CEP: 30.190-110 – Belo Horizonte – MG
PABX/FAX: (31) 3295-0520
E-mail: adep.minas@gmail.com

Conselho Diretor – Biênio 2021 – 2023

Diretor-Presidente:
Fernando Campelo Martelleto
Diretora Vice-presidente:
Eliane Aparecida de Castro Medeiros
Diretora-Secretária:
Cibele de Carvalho Rabelo
Diretor-Tesoureiro:
José Henrique Maia Ribeiro
Diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares: Maxnei Gonzaga
Diretora Jurídica e Defesa das Prerrogativas:
Priscila Brito de Melo
Diretor Sociocultural e de Esportes:
Bruno Barcala Reis
Diretor de Inativos e Pensionistas:
Varlen Vidal
Diretor do Interior: Adalberto Pelli
Suplente: Moacyr Costa Rabello
e Luciana Vieira

Conselho Fiscal:
Cibele de Carvalho Rabelo
Fabiano Torres Bastos
Laércio Fusco Nogueira

Conselho Consultivo:
Glauco de Oliveira Marciliano
Gilvan de Oliveira Machado
Criscel Barros da Costa e Oliveira
Daniela Duarte Quintão
Marolinta Dutra

Revista ADEP-MG

Jornalista Responsável/Editor:
Diego Alvarenga
MTB: 55.940/SP
Projeto, Edição de Arte e Diagramação:
Brava Design
Revisão: Igor Barroso
Impressão: Rona Editora
Assessoria de Comunicação:
Diego Alvarenga – Assessor de Comunicação
Alison Perpetuo – Estagiário
adepcomunicacao@gmail.com
(31) 3295-0520

/adepmg
@adepmg
@adepmg
(31) 9 8354-5171
www.adepmg.org.br

Brilha o raiar de um novo tempo para 2022

Os últimos anos foram, sem dúvidas, transformadores em nossas vidas; pelas inúmeras adversidades e desafios vivenciados, todos enfrentados com fé e determinação, onde a capacidade de resiliência e adaptação de todas e todos estiveram à prova.

A pandemia nos fez buscar alternativas para que pudéssemos viver um "novo normal", da melhor maneira possível, e a ciência e a tecnologia foram grandes aliadas no processo de adaptação.

Nesse turbulento contexto socioeconômico e político que ainda atravessamos, agravado pela crise sanitária da COVID-19, o trabalho associativo realizado pela ADEP-MG, em conjunto com a ANADEP no plano nacional, foi crucial para assegurar conquistas históricas da classe, evitar perdas e retrocessos, e, ainda, possibilitar avanços na carreira, com destaque para as interlocuções políticas e institucionais realizadas em face das investidas sofridas contra a nossa autonomia orçamentária e prerrogativas de atuação.

No plano estadual, o trabalho da ADEP-MG destacou-se, dentre várias atuações, pela edição do "Diagnóstico Institucional da DPMG – Uma análise estrutural da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o desafio para o cumprimento da EC 80/2014", por meio do qual se fez uma radiografia da precária situação estrutural e da presença da Defensoria Pública nas comarcas mineiras, além da defasagem no tratamento orçamentário em relação às demais instituições e órgãos do sistema de Justiça, buscando uma melhor distribuição dos recursos públicos, a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional e melhor equilibrar a "balança da justiça" em Minas Gerais.

Vencemos, dessa forma, as dificuldades e vivenciamos o retorno à vida e ao convívio com o próximo, reafirmando laços de fraternidade e solidariedade, mantendo o espírito elevado para bem cumprir o mister de prestar aos assistidos da Defensoria Pública serviços de qualidade, com rapidez e eficiência, mediante acolhimento humanizado de suas necessidades e anseios, razão maior de ser da nossa Instituição.

Com a elevada confiança em um 2022 cheio de boas novas e a redobrada disposição para cumprir nossa missão como entidade representativa da classe, esperamos o brilho do raiar de um novo tempo de saúde, paz e prosperidade para as defensoras e defensores públicos mineiros.

Fernando Campelo Martelleto
Presidente da ADEP-MG

Sumário

HOMENAGEM
ALMG ENCERRA CELEBRAÇÕES DOS 40 ANOS DA ADEP-MG

PÁGINA 8

ENTREVISTA
ALEXANDRE SILVEIRA, O NOVO SENADOR POR MINAS GERAIS |

PÁGINA 24

DIAGNÓSTICO
ADEP-MG REALIZA ESTUDO SOBRE SITUAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO

PÁGINA 28

COMBATE AO RACISMO
ADEP-MG PRODUZ WEBSÉRIE E LIVE PARA DISCUTIR O TEMA | **PÁGINA 42**

Fotos: Leandro Couri

“Nossa querida ADEP-MG”

ALMG encerra comemorações dos 40 anos da ADEP-MG com homenagem especial

A carinhosa frase que dá o título a esta matéria é do deputado estadual Dalmo Ribeiro (PSDB), proferida durante Reunião Especial no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no dia 16 de maio, em homenagem aos 40 anos da ADEP-MG. Requerida pelo parlamentar, a sessão especial encerrou as comemorações das quatro décadas de existência da Associação.

Seguindo os protocolos sanitários em razão da Covid-19, a solenidade foi realizada com a presença de poucos convidados, mas contou com a transmissão ao vivo da TV ALMG e do canal do YouTube da Assembleia Legislativa.

Na ocasião, a mesa da solenidade foi composta pelo deputado estadual Dalmo Ribeiro, representando o presidente da ALMG, pelo deputado estadual Agostinho Patrus (PV), pelo presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, pelo diretor vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Flávio Wandeck, representando a presidenta Rivana Ricarte, pelo subdefensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representando o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e pela ex-presidente da ADEP-MG e decana da Defensoria Pública de Minas Gerais, Maria Auxiliadora Viana Pinto.

Após o início da solenidade e da execução do Hino Nacional, foi exibido o vídeo institucional dos 40 anos da ADEP-MG. Em seguida, o deputado estadual Dalmo Ribeiro abriu os discursos.

Histórias que se confundem

“A minha vida parlamentar se confunde muito com a nossa Defensoria”. Ao descrever sua história na política, é comum que o deputado Dalmo Ribeiro sempre cite a atuação em prol da Defensoria Pública. Não é para menos. Entre suas primeiras ações na defesa da Instituição está o trabalho realizado para aprovação do Projeto de Lei Complementar 50 de 2002, envida pelo então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e que se tornaria, em 2003, a Lei Complementar 65, legislação que organizou a Defensoria Pública mineira.

“Começamos a trabalhar para o enriquecimento desta importante matéria [PLC 50/2002]. Tantas

Fotos: Leandro Couri

audiências públicas fizemos aqui na Assembleia Legislativa, viajei por muitas cidades onde tinha a Defensoria Pública, e vi como os defensores estavam aguardando a sua lei complementar tão sonhada. Conseguimos em 2003 lotar esse plenário e aprovar o PLC 50 que se tornou a Lei Complementar 65/2003", enfatizou o parlamentar.

De acordo com Dalmo Ribeiro, essa jornada da Defensoria Pública contou com a importante atuação a ADEP-MG para o fortalecimento da Instituição e para o acesso à justiça de milhares de mineiras e mineiros.

"Todos os defensores e defensoras do estado de Minas Gerais merecem o nosso aplauso, o nosso reconhecimento. Queremos entregar à nossa Associação, na pessoa do seu querido presidente, Fernando Martelleto, e a todos os nossos defensores, essa lembrança, uma recordação da gratidão do povo de Minas Gerais por tudo que os senhores têm feito em prol da cidadania, da dignidade, e, principalmente, em prol das famílias mineiras que tanto têm lutado, que tanto precisam do nosso defensor, da nossa defensora".

Ao final, o parlamentar, assim como sempre fez, reafirmou o seu apoio e de seus pares às defensoras e aos defensores públicos, à Defensoria Pública e à ADEP-MG.

"Contem sempre com a nossa Assembleia Legislativa, com todos deputados e deputadas, que têm um profundo carinho por todos e, através da minha voz, singela e humilde, do alto dessa tribuna, mais uma vez aqui estou, eu me converto e peço vênia a todos para abraçá-los nesse dia tão feliz da nossa querida ADEP-MG", disse Dalmo Ribeiro.

Agradecimento

O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, agradeceu ao deputado estadual Dalmo Ribeiro e aos demais parlamentares pela honraria concedida à ADEP-MG. Martelleto destacou as diversas legislações aprovadas pelo parlamento mineiro em favor da Defensoria Pública e que tiveram o trabalho da Associação envolvido para a valorização das associadas e dos associados.

"Nesses mais de 40 anos de jornada, a atuação institucional da ADEP-MG se alinha e se harmoniza com a própria história da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em que as senhoras e os senhores, deputadas e deputados, legítimos representantes do povo mineiro, fiéis aos ideais de liberdade de sua tradição e, com base nas suas aspirações, empenham-se, diuturnamente, pela consolidação dos princípios estabelecidos na Constituição da República, garantindo o direito de todos à cidadania plena, ao desenvolvimento e à vida, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na justiça social e na luta permanente pela universalização do acesso à justiça", disse Martelleto.

O presidente da ADEP-MG destacou o trabalho da Associação durante esses 41 anos de existência em consonância com o dos parlamentares para o avanço da Defensoria Pública no estado, além da melhoria na carreira das defensoras e dos defensores públicos. Entretanto, o dirigente da entidade de classe alertou que ainda há muito o que se fazer para a consolidação da Defensoria Pública.

"Todavia, muito mais ainda está por se fazer para que seja alcançada a completa e efetiva universalização do acesso à justiça em nosso estado de Minas Gerais. Além da determinação prevista no § 2º do art. 130, da Constituição Estadual, desde 2003, de que 'é obrigatória a criação de órgão da Defensoria Pública em todas as comarcas', a Emenda à Constitucional Federal n.º 80, promulgada em 04 de junho de 2014, impôs ao Estado brasileiro que este deveria, em 8 anos, dotar todas as comarcas do país de pelo menos um defensor público. O prazo se esgota, portanto, no próximo dia 04 de junho de 2022 e pouco mais de 40% do território nacional está provido de Defensoria Pública, sendo que, em Minas Gerais, o cenário é ainda mais grave, haja vista o baixo índice de ocupação, de apenas 37% das comarcas do estado dotadas de Defensoria Pública, sendo certo que, em sua maioria, o serviço é prestado de forma precária, em face da ausência de defensoras e defensores públicos na carreira para preencher os cargos vagos, ou mesmo de estrutura material e de pessoal de apoio para a abertura das portas da 'Casa da Cidadania' aos assistidos, avaliou Martelleto.

Em sequência, o presidente da ADEP-MG destacou o "Diagnóstico Institucional da DPMG – Uma análise estrutural da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o desafio para o cumprimento da EC 80/2014", lançado em junho de 2021, pela Associação.

Ao final, Fernando Martelleto agradeceu e parabenizou "todos os membros dos conselhos diretor, fiscal e consultivo desta e das anteriores gestões, pelo profícuo trabalho realizado em prol da classe das defensoras e dos defensores públicos". Além disso, ele conclamou todos os membros da carreira a cerrarem fileira junto à Associação de classe, que é a ADEP-MG. Os agradecimentos se estenderam também aos componentes da mesa de honra e, em especial, ao deputado estadual Dalmo Ribeiro, pela homenagem prestada da ALMG à ADEP-MG pelos seus 40 anos de existência.

> Contem sempre com a nossa Assembleia Legislativa, com todos deputados e deputadas, que têm um profundo carinho por todos e, através da minha voz, singela e humilde, do alto dessa tribuna, mais uma vez aqui estou, eu me converto e peço vênia a todos para abraçá-los nesse dia tão feliz da nossa querida ADEP-MG"
>
> **Dalmo Ribeiro**

ASSISTA

À HOMENAGEM DA ALMG À ADEP-MG.
APONTE O CELULAR PARA O QR CODE E CONFIRA.

Atendimento médico ADEP-MG

Sua consulta em qualquer lugar do estado

Atenção à saúde das associadas, associados e de seus familiares.

A ADEP-MG continua a disponibilizar atendimento médico presencial e por telemedicina em 2022.

Agende a sua consulta 31 3295-0520

Foto: Árvore Filmes

SEDE ADEP-MG

Verde esperança

Ação, em parceria com a DPMG, ilumina diversos pontos de Minas Gerais

A cor verde, símbolo de esperança e da Defensoria Pública, foi projetada em diversos pontos de Minas Gerais em uma ação realizada pela ADEP-MG e pela Defensoria Pública de Minas Gerais. A ação ocorreu em razão ao Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio. No interior, além do apoio para iluminação, foram disponibilizadas faixas afixadas próximos aos pontos iluminados para explicar a ação.

Foto: Leandro Couri

MINEIRÃO - BH

Foto: Leandro Couri

CCBB - BH

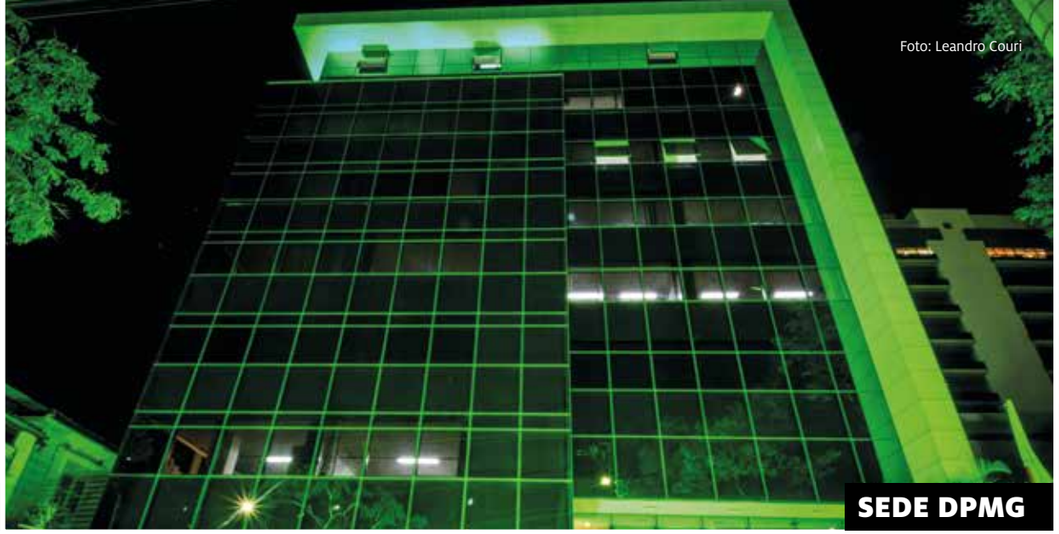


Foto: Leandro Couri

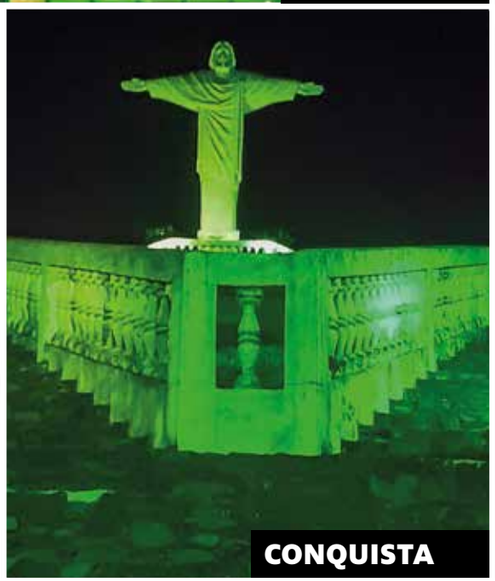
SEDE DPMG

UBÁ

MURIAÉ

BAEPENDI

CAMPANHA



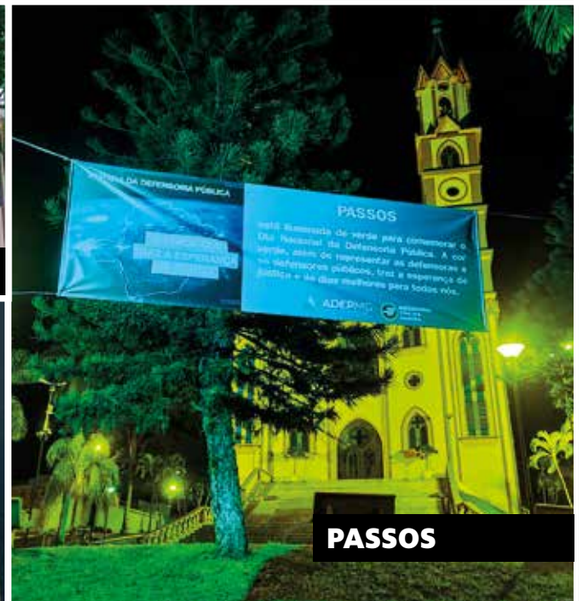
CONQUISTA

PITANGUI

SACRAMENTO

UBERABA

ITUIUTABA



PASSOS

VARGINHA

JANAÚBA

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

IBIRITÉ

Foto: ALMG

MUDANÇA PREVIDÊNCIA

Cuidando do futuro

ADEP-MG ofereceu consultas com especialista a fim de orientar sobre mudanças na previdência estadual

O planejamento para uma aposentadoria futura depende cada vez mais das opções que são feitas no presente. Entretanto, é preciso destacar que as mudanças recorrentes na previdência, seja a nível nacional ou estadual, têm deixado dúvidas sobre qual o caminho seguir.

Assim, diante das mudanças realizadas na previdência estadual, tanto no ano de 2020 quanto em 2021, a ADEP-MG disponibilizou a seus associados e associadas consultas com o advogado especialista em direito previdenciário, Nazário Nicolau. Durante pouco mais de um ano, foram realizados 408 atendimentos, tanto virtuais quanto presenciais, permitindo, assim, o acesso de todos os associados e associadas do estado. Em 2021, as consultas estavam centradas na orientação e nos cálculos sobre a migração para previdência complementar.

Em julho, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, sancionou a Lei Complementar 158/2021, proveniente do PLC 60/21, de autoria do executivo estadual. A proposta alterava dispositivos da Lei Complementar 132, de 2014, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos do Estado, permitindo que membros de Poder ou órgão e servidores efetivos que foram nomeados antes de 2015, bem como servidores de cargos em comissão e empregados públicos, aderissem ao novo regime.

Com a nova possibilidade de migração, o associado ou a associada que quisesse aderir ao novo plano, precisaria conhecer todos os prós e contras dessa possível adesão. Segundo o advogado Nazário Nicolau, é justamente esse o trabalho oferecido pela ADEP-MG por meio da consultoria previdenciária.

“Essa iniciativa da Associação auxilia na resolução das vidas das pessoas porque essa decisão que ela tem que tomar hoje vai refletir não só na vida ativa dela enquanto servidora pública, mas também por toda sua inatividade, na sua família, via pensão, via aposentadoria por invalidez... Então, essas reflexões que são feitas das diferenças de sistemas, vantagens e desvantagens, cálculos de benefícios dos dois sistemas, viabilizam que os defensores e defensoras públicos possam, com mais clareza, decidir o caminho que eles tomarão nessa parte previdenciária”, destacou Nicolau.

408

atendimentos previdenciários em 2021

Trabalho

O então PLC 60/21, enquanto tramitava na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), requereu esforço da ADEP-MG para que a opção pela migração fosse a mais benéfica aos associados e associadas. No dia 06 de julho, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou da audiência pública pela Comissão de Administração Pública da ALMG para discutir o impacto do PLC 60/21.

Durante sua fala, Fernando Martelleto manifestou a necessidade de ampliação do prazo para o exercício de adesão à opção de migração, o que foi concedido ao fim do processo legislativo e sansão do projeto. O presidente defendeu, ainda, a correção do benefício especial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e a correção do art. 28-B da LC 64/2002, alterado pelo art. 9º da LC 156/2020, para que a Defensoria Pública seja acrescida no rol de Instituições que poderão “instituir contribuição patronal suplementar, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com alíquotas diferenciadas”.

Organização

Para agilizar o processo e auxiliar a tomada de decisão, a ADEP-MG e o Gabinete da Defensoria Pública-Geral realizaram reunião a fim de alinhar as estratégias de acompanhamento da tramitação do PLC 60/2021, bem como de adotar providências internas para levantamento dos dados e histórico funcional dos servidores e membros da carreira da DPMG. Assim, com o apoio da Superintende de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO), foram definidas ações internas, visando agilizar a emissão dos documentos necessários para efetivar a migração para a previdência complementar, a fim de que as defensoras e os defensores pudessem exercer a opção pela migração dentro do prazo legal, caso entendessem ser de sua conveniência.

Foto: Ascom/ANADEP

ANADEP, ADEP-MG e demais Associações locais e Defensorias Públicas dos estados e do DF reúnem-se em Brasília. Na pauta, a Reforma Administrativa.

#PEC32NÃO

Entidades se mobilizam contra a Reforma Administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, conhecida como Reforma Administrativa, tramitou intensamente no ano de 2021, gerando preocupações para o funcionalismo público e, principalmente, sobre quais as consequências que traria para a sociedade. Em setembro, a sétima versão do texto-base do parecer do relator Arthur Maia (DEM-BA) foi aprovada por 28 votos favoráveis a 18 contrários na Comissão Especial. Logo após, o Colegiado votou 21 destaques ao texto. A PEC segue para análise do Plenário da Câmara dos Deputados.

Durante meses, diretores da ADEP-MG, da ANADEP e das demais Associações estaduais percorreram os gabinetes dos parlamentares para conversarem sobre os impactos da Reforma Administrativa.

"Observamos um movimento importante dos partidos de oposição e da base do governo. Sabemos que o clima para o Plenário é outro. É necessário o apoio de 308 parlamentares em um texto que coloca em xeque os direitos de milhares de servidoras e servidores públicos. No nosso caso, continuaremos monitorando cada passo da tramitação da PEC, pois nossos direitos ainda podem ser retirados durante a apresentação de destaques na votação em Plenário. Então, ANADEP e Associações locais seguem vigilantes", avaliou a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

Mudanças

O texto-base aprovado traz diversas mudanças para as servidoras e servidores públicos, sendo as principais: a definição das carreiras exclusivas de Estado, na qual a Defensoria Pública se enquadra; o estabelecimento de processo de avaliação de desempenho; a possibilidade de terceirização com acordo de cooperação da União, estados e municípios com empresas privadas para execução de serviços públicos, inclusive o compartilhamento de estrutura física e de recursos humanos; a previsão de contratação de servidores temporários na administração pública, que aumentou de 6 para 10 anos; a possibilidade de redução de 25% jornada e salário de servidores; podem ser retirados direitos dos atuais servidores (quinquênios e adicionais de substituição, por exemplo) se houver revogação de leis que prevejam esses benefícios e, consequentemente, encerrem seu pagamento; parcelas indenizatórias previstas em atos infralegais serão extintas após 2 anos de promulgação da EC; corte de benefícios para futuros integrantes do serviço público.

Com informações da ANADEP

“A quem interessa enfraquecer a Defensoria Pública?”

Prerrogativa de requisição da Defensoria Pública ganha apoio da sociedade

Foto: Agência Brasil

A frase do título da matéria, proferida pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, durante o julgamento da ADI 3943, em 2015, serviu como mote na campanha que uniu diversas instituições, juristas e personalidades com um objetivo: defender o poder de requisição da Defensoria Pública.

No fim de maio de 2021, o procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra dispositivos de leis estaduais que organizam a Defensoria Pública. Entre as ações ajuizadas, está a ADI 6866, que questiona os arts. 9º, XVII, 34, XVIII, 45, XXI, e 74, IX da Lei Complementar 65/2003, que organiza a Defensoria Pública de Minas Gerais

Desde sua proposição, as entidades, como a ANADEP, Condege, ANADEF, ADEP-MG, Associações Estaduais e as próprias Defensorias Públicas Estaduais, Federal e do Distrito Federal, realizaram diversos trabalhos para demonstrar aos ministros do STF e à própria sociedade a importância da prerrogativa de requisição. A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) são amicus curiae nas ações.

Em agosto, foi iniciado o julgamento das ADIs no plenário virtual do STF, relatada pela ministra Cármen Lúcia, que votou pela procedência das ADIs, ainda que tenha ratificado a importância da Defensoria Pública. Entretanto, após articulações da ANADEP, ao lado do CONDEGE, da ANADEF e da DPU, o ministro Edson Fachin pediu vista e a matéria foi retirada de pauta do plenário virtual.

Mobilização

Próximo ao início do julgamento das ADIs, o apoio à prerrogativa de requisição da Defensoria Pública ganhou grande sustentação de juristas, parlamentares, lideranças políticas e celebridades. Com esse respaldo, o assunto em julgamento no STF obteve destaque nacional e chegou ao grande público a importância da defesa da prerrogativa, em especial para a defesa do mais vulnerável.

Com informações da ANADEP

Foto: Divulgação

ENTREVISTA | ALEXANDRE SILVEIRA

O novo senador por Minas Gerais

A poucos dias do fim de 2021, a vida do então diretor-jurídico do Senado Federal, Alexandre Silveira, cargo que ocupa a convite do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, mudou totalmente. Com a aprovação do senador Antonio Anastasia (PSD-MG) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), quem assumirá a cadeira no Senado será Alexandre Silveira, suplente do então senador. A posse acontecerá no próximo ano legislativo, mas, até lá, com atuação forte na política nacional e mineira – afinal, é o atual presidente do PSD de Minas Gerais –, tem trabalhado em diversas frentes em apoio aos municípios mineiros.

Antes da sua ascensão ao cargo de senador por Minas Gerais, Alexandre Silveira concedeu entrevista à Revista da ADEP-MG. Confira.

O senhor conhece o trabalho das defensoras e dos defensores públicos? Qual a importância da Defensoria Pública para a sociedade?

O trabalho que as defensoras e os defensores públicos realizam pelo Brasil afora é essencial, sobretudo em um país como o nosso, com enormes desigualdades sociais e econômicas, no qual esse trabalho é ainda mais fundamental porque efetiva o direito ao acesso à justiça e aos bens da vida por aqueles vulneráveis e hipossuficientes, sejam nas demandas individuais ou coletivamente. Vale lembrar que a Constituição, em seu artigo 134, estabelece que cabe à Defensoria Pública a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas que mais precisam, que não têm como pagar pelos serviços de orientação jurídica. O trabalho que os defensores públicos realizam nos Estados e no Distrito Federal é, portanto, imprescindível. E, por essa razão, a instituição precisa ser ainda mais fortalecida, inclusive do ponto de vista orçamentário, para que possa melhorar os serviços que presta aos mais necessitados.

A EC 80/2014 determina que, até 2022, todas as comarcas tenham pelo menos um defensor público. Infelizmente, com os dados atuais, a determinação constitucional está longe de ser alcançada. Por exemplo, em Minas Gerais, das 1.200 vagas previstas, apenas 675 estão preenchidas. Na opinião do senhor, como resolver este problema?

Considerando que a Emenda Constitucional 80/2014 prevê que até 04 de junho de 2022 todas as comarcas e seções judiciárias do Brasil devam contar com pelo menos um defensor público, essa determinação precisa ser cumprida. Mas sabemos que não o será, em especial no estado de Minas Gerais, caso o governo do Estado não amplie o investimento de recursos na Defensoria Pública estadual. A instituição já conquistou sua autonomia financeira e orçamentária, o que representou um grande avanço. Mas os seus serviços, que devem ser estendidos ao grande número de mineiros que não podem arcar com os custos da defesa de seus direitos e interesses para pleitear um remédio para o filho doente, ou a pensão alimentícia, por exemplo, não chegarão se não houver disponibilidade financeira. É preciso, portanto, lutar para que o Estado reserve em seu orçamento o dinheiro necessário para que a Defensoria Pública tenha condições de cumprir o seu papel primordial, como previsto na Constituição, que é atender quem mais precisa, especialmente num momento de graves crises econômica e sanitária como as que estamos atravessando. E é também fundamental que haja recursos para valorizar a carreira das defensoras e dos defensores públicos, bem como para assegurar uma estrutura material e de pessoal que dê à instituição condições de melhorar ainda mais os serviços já oferecidos aos mais necessitados. Para isso, acredito que uma estratégia inicial que possa contribuir para a sensibilização dos administradores públicos seja uma campanha ampla para aumentar a visibilidade da Defensoria Pública e, principalmente, a apresentação dos seus relevantes resultados para a sociedade.

A Constituição Federal concedeu autonomia funcional, administrativa e financeira às Defensorias Públicas. Porém, a Instituição ainda não possui um percentual na lei de Responsabilidade Fiscal assim como as demais instituições autônomas. Como resolver essa disparidade?

> *"E é também fundamental que haja recursos para valorizar a carreira das defensoras e dos defensores públicos, bem como para assegurar uma estrutura material e de pessoal que dê à instituição condições de melhorar ainda mais os serviços já oferecidos aos mais necessitados".*

Esta é uma questão que envolve diretamente o Congresso Nacional. Assim, o caminho para alteração legal passa necessariamente pelo diálogo franco e aberto com os parlamentares, em nível nacional, reiterando a importância e o papel fundamental das defensoras e dos defensores públicos para assegurar a democracia no Brasil. Felizmente, nós temos muitos parlamentares na Câmara e no Senado Federal que estão plenamente abertos a discutir esta possibilidade e encontrar soluções efetivas para resolver esta questão e fortalecer a autonomia funcional, administrativa e financeira das Defensorias Públicas em nosso país. Como diretor-jurídico do Senado e como presidente estadual do PSD de Minas, quero me juntar às defensoras e aos defensores públicos mineiros para trabalhar por mais essa conquista.

O senhor é o presidente do PSD de Minas Gerais, sigla que tem crescido muito e que abarca os três senadores pelo estado. De que forma esta capilaridade conquistada pelo partido pode ajudar nas demandas da Defensoria Pública e de seus assistidos?*

De fato, o PSD mineiro tem crescido muito e somos hoje um dos maiores partidos de Minas. Um

Dirigentes da ADEP-MG e ANADEP entregaram os diagnósticos produzidos pelas entidades

dos principais pilares do PSD é exatamente a defesa da democracia, além da defesa da vida, da justiça e da paz social, e o maior desafio abraçado pelo nosso partido é lutar para reduzir as vergonhosas desigualdades que ainda assistimos no Brasil. É por isto que a democracia faz parte do nome do partido. Só em Minas Gerais, temos 79 prefeitos, 66 vice-prefeitos, cerca de 700 vereadores, três deputados federais, sete deputados estaduais, três* senadores e cerca de 40 mil filiados. Números impressionantes que revelam a força da legenda que se organiza e prepara os planos para o crescimento do país. A Defensoria Pública, como disse, é imprescindível para garantir não só o fortalecimento do Sistema Judiciário, como, principalmente, o acesso das pessoas hipossuficientes a ele. Posso assegurar, como presidente do PSD em Minas Gerais, que sempre estivemos e sempre estaremos empenhados, no estado e nos municípios mineiros, no apoio e fortalecimento do trabalho das defensoras e dos defensores públicos, revestidos na ampliação de atuação junto à população e no reconhecimento do seu papel para o desenvolvimento da democracia. Por essa razão, estaremos sempre ao lado da Defensoria Pública, que tem feito um trabalho extraordinário em defesa dos mais vulneráveis em Minas e no Brasil. Esta é uma bandeira muito importantes para o PSD.

> *"Posso assegurar, como presidente do PSD em Minas Gerais, que sempre estivemos e sempre estaremos empenhados, no estado e nos municípios mineiros, no apoio e fortalecimento do trabalho das defensoras e dos defensores públicos, revestidos na ampliação de atuação junto à população e no reconhecimento do seu papel para o desenvolvimento da democracia".*

O senhor, como delegado de polícia, sabe da importância da valorização das carreiras públicas. Entretanto, frequentemente, o funcionalismo público tem enfrentado projetos que trazem prejuízos a essas carreiras e a quem destinam seus serviços. Como equacionar a demanda por reformas e a manutenção das carreiras públicas de maneira digna e sem prejuízos para a população?

Tenho muito orgulho de ser servidor público. Há 23 anos, integro as forças de Segurança Pública de Minas Gerais como delegado de Polícia Civil. Mas é com tristeza que ainda não temos o devido reconhecimento pelo nosso papel: a missão de servir a sociedade. Este trabalhador público é o verdadeiro agente de transformação a serviço da cidadania e isto o torna diferente dos demais trabalhadores, pois tem o dever de zelar por toda a sociedade. A imensa maioria dos servidores está comprometida com a ética e com os princípios constitucionais, mantém-se atualizada e desenvolveu novas competências para atender a uma realidade cada vez mais plural e exigente. Como defensor intransigente do diálogo, da transparência e da clareza de princípios, considero inadmissível discutir sobre reformas e decidir sobre o futuro das carreiras públicas no Brasil sem a ampla participação dos servidores. Não se admite a perda de direitos nem de qualidade na prestação dos serviços públicos, especialmente num país como o nosso, com carências e desafios históricos, carente de soluções agudas e profundas para o seu desenvolvimento sustentável. Qualquer nação, da mais pobre à mais rica, que defenda a democracia e que busque o progresso, precisa investir nas carreiras públicas e valorizá-las.

Em 2022, teremos eleições para presidente, deputados estaduais e federais, e, ainda, senadores. Como o senhor avalia o cenário político para o ano que vem e de que forma poderá afetar a Defensoria Pública e seus assistidos?

Na verdade, a eleição ainda está muito longe e temos problemas mais urgentes para tentar resolver antes do início das campanhas eleitorais, como, por exemplo, a epidemia de Covid-19, que não está de todo controlada, e a inflação, que atinge de forma mais cruel a população mais pobre. Como é possível que um botijão de gás custe hoje mais do que 10% do salário mínimo? E o que dizer dos cerca de 14 milhões de desempregados? Essas são as causas mais urgentes que exigem uma atenção especial da classe política. Mas posso dizer que o PSD está se preparando para disputar a eleição do próximo ano com chapa completa, a começar por um candidato ao governo, que será, tenham certeza, muito competitivo. E a Defensoria Pública poderá contar com o partido para lutar por suas demandas em defesa da população mais vulnerável de Minas porque essas são, também, as demandas do PSD.

> *"A atuação da Defensoria Pública em favor dos mais humildes é extraordinária e merece o nosso apoio incondicional para avançar no cumprimento deste desafio".*

Gostaria de deixar alguma mensagem às defensoras e aos defensores públicos de Minas Gerais?

Primeiramente, quero reconhecer e parabenizar a Defensoria Pública de Minas Gerais pelo trabalho de excelência que vem realizando ao longo dos anos em favor dos mineiros mais humildes e necessitados, apesar de todas as limitações e empecilhos que enfrenta no desempenho de sua missão constitucional, como falta de pessoal, de infraestrutura e de orçamento compatível. A Defensoria Pública, como definida constitucionalmente, é instrumento do regime democrático e da promoção dos direitos humanos, o que torna imprescindível, portanto, a sua atuação para a erradicação da miséria e para a redução das injustiças sociais num país tão desigual como o Brasil. Nesse cenário, seu trabalho se reveste de importância ainda maior, com verdadeira imprescindibilidade. Quero, assim, deixar a minha mensagem de estímulo a todas e todos os membros da carreira, de que a atuação da Defensoria Pública em favor dos mais humildes é extraordinária e merece o nosso apoio incondicional para avançar no cumprimento deste desafio. Contem com a ajuda e a solidariedade do PSD às causas das defensoras e dos defensores públicos de Minas Gerais!

*Nota do editor. À época da realização da entrevista, o senador Carlos Viana ainda compunha os quadros do PSD mineiro.

Faltam peças para o acesso à justiça

Prazo constitucional para que todas as comarcas do país contem com o trabalho da Defensoria Pública termina em 2022

O quebra-cabeça do acesso à justiça no Brasil ainda precisa de muitas peças para que fique completo, mas o prazo para montá-lo termina em 2022. Em Minas Gerais, a situação não é diferente. Com 296 comarcas em todo o estado, apenas 110 contam com o apoio de pelo menos um defensor ou defensora pública. No jogo democrático que deveria oferecer justiça integral e gratuita, as peças que garantiriam o acesso à justiça para milhares de cidadãos estão em falta.

A determinação para que todo o país contasse com a presença da Defensoria Pública foi estabelecida no dia 04 de junho de 2014, data em que o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 80/2014, originária da PEC Defensoria para Todos (PEC 247/2013, na Câmara e PEC 4/2014, no Senado) e de autoria dos deputados federais Mauro Benevides - CE, Alessandro Molon – RJ e André Moura - SE. Naquele momento, além dos avanços trazidos com a nova redação do caput do art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelecia-se o prazo de oito anos para que todas as comarcas contassem com o trabalho das defensoras e dos defensores públicos.

Para entender os desafios e a realidade da Defensoria Pública de Minas Gerais diante da chegada do fim do prazo definido pela EC 80/2014, a ADEP-MG lançou, em junho de 2021, o "Diagnóstico Institucional da DPMG – Uma análise estrutural da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o desafio para o cumprimento da EC 80/2014", que traz um levantamento da presença das defensoras e dos defensores públicos no estado. A publicação apresenta, ainda, uma comparação entre os órgãos autônomos do Sistema de Justiça em relação à participação no orçamento estadual, despesas com servidores, subsídios e percentuais diante da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Diagnóstico apontou, na época de sua publicação, que a Defensoria Pública está presente em apenas 110 das 296 comarcas de Minas Gerais. O levantamento revela ainda que, mesmo com apenas 672 defensoras e defensores públicos, em 2020, foram realizadas quase 2 milhões de prestações jurídicas. Por lei, o estado deveria ter 1.200 defensores públicos. Entretanto, em dezembro de 2021, com a posse dos aprovados no 8º concurso da carreira da DPMG, Minas Gerais conta com o apoio de 675 defensoras e defensores públicos.

Adotando a divisão de regionais proposta pela Defensoria Pública, o diagnóstico analisou dados referente à população, número de defensoras e defensores públicos e os déficits apresentados em cada região. Além disso, o trabalho traz a listagem de serviços prestados em cada unidade da Defensoria Pública mineira.

Entrega do Diagnóstico ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema

> “Volto a insistir: o desafio de pintar todo o mapa do Brasil, e em especial o de Minas Gerais, de verde, que é a cor da esperança e, não por acaso, a cor da Defensoria Pública, é mesmo gigantesco, sobretudo nesses tempos de recursos financeiros escassos, mas não é impossível”
>
> **Fernando Martelleto**

Estruturas oficiais

Publicado o Diagnóstico, os diretores da ADEP-MG, então, visitaram as salas dos três poderes Executivo e Legislativo e Judiciário, tanto a nível estadual quanto federal, com o objetivo de apresentar os resultados obtidos por meio daquela publicação.

No mês do lançamento do material, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e o diretor-tesoureiro, José Henrique Maia Ribeiro, entregaram o Diagnóstico ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e ao secretário-geral, Mateus Simões. No encontro, o chefe do executivo mineiro teve a oportunidade de conhecer, por meio de números e mapas, a situação de ausência de defensoras e defensores públicos na maior parte das regiões do estado.

Ainda em junho, Martelleto reuniu-se com o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, para fazer a entrega oficial do trabalho produzido pela Associação. A reunião contou, ainda, com a presença da chefe de gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e da assessora jurídico-institucional, Juliana de Carvalho Bastone.

O Diagnóstico produzido pela ADEP-MG também foi enviado aos deputados federais por Minas Gerais, aos senadores e aos deputados estaduais. Muitos desses parlamentares receberam em mãos a publicação.

Pintar de verde

Durante a sessão solene em homenagem à ADEP-MG realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o presidente da Associação, Fernando Martelleto, destacou a produção do Diagnóstico com o objetivo de levar ao conhecimento das autoridades a escassez do prazo determinado pela EC 80/2014.

“Nesse sentido, e com o propósito de alertar as autoridades estaduais para o comando constitucional a ser cumprido, a ADEP-MG lançou, recentemente, o ‘Diagnóstico Institucional da DPMG – Uma análise estrutural da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o desafio para o cumprimento da EC 80/2014’, que traz uma visão geopolítica e populacional de Minas Gerais, bem como o levantamento da presença das defensoras e dos defensores públicos no estado e dos serviços de defensoria disponibilizados para a população em cada região”, expôs o presidente da ADEP-MG.

Ainda sobre os resultados obtidos pelo Diagnóstico, Martelleto ressaltou a falta de defensoras e de defensores públicos no estado, ainda que haja um número significativo de atendimentos prestados pela Defensoria Pública. “Mesmo com apenas 672 defensoras e defensores públicos, em 2020, foram realizadas quase 2 milhões de prestações jurídicas. De acordo com a Lei Complementar 65/2003, que organiza e rege a carreira da Defensoria Pública no estado, Minas Gerais deveria contar com 1.200 defensores públicos em seus quadros, quando, hoje, somos apenas 675”, ressaltou.

O presidente da ADEP-MG, diante dos dados apresentados, destacou a importância de se cumprir a EC 80/2014, para que a Defensoria Pública esteja presente em todas as comarcas mineiras e brasileiras. “Volto a insistir: o desafio de pintar todo o mapa do Brasil, e em especial o de Minas Gerais, de verde, que é a cor da esperança e, não por acaso, a cor da Defensoria Pública, é mesmo gigantesco, sobretudo nesses tempos de recursos financeiros escassos, mas não é impossível”, alertou Martelleto.

Repercussão

O “Diagnóstico Institucional da DPMG – Uma análise estrutural da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o desafio para o cumprimento da EC 80/2014” foi destaque na impressa mineira. Na Rádio Itatiaia, Fernando Martelleto apresentou a publicação no programa Chamada Geral, comandando pelo jornalista Eduardo Costa.

O portal G1 Minas Gerais também produziu uma grande matéria com os dados apresentados no Diagnóstico, sendo repercutida no jornal MGTV 1ª edição, da TV Globo de Minas Gerais. O Jornal O Tempo também dedicou matéria para apresentar o levantamento da ADEP-MG e destacar o desafio de cumprimento da EC 80/2014.

Nacional

Ainda que Minas Gerais apresente seus desafios no cumprimento da EC 80/2014, há outros estados que permanecem em situação pior para a efetivação da Defensoria Pública. É o que aponta o II Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil, publicação lançada em agosto pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com a publicação da ANADEP, o Brasil conta, hoje, com 2762 comarcas, mas apenas em 42% delas há a presença de defensoras e defensores públicos. O Mapa revela que, atualmente, há 6235 profissionais para atender toda a população brasileira que precisa de assistência jurídica gratuita, sendo necessários pelo menos 4,7 mil defensores de carreira a mais para atender a demanda existente no país. Os estados com os piores índices são Paraná, Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte.

Apresentação do Diagnóstico ao defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

DIRETORES DA ADEP-MG ENTREGAM O DIAGNÓSTICO AOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS POR MINAS GERAIS

CONHEÇA O DIAGNÓSTICO PRODUZIDO PELA ADEP-MG.
ESCANEIE O QR CODE E CONFIRA.

Retrospectiva 2021

Entre o presencial e o virtual, a ADEP-MG trabalhou intensamente neste ano de 2021, marcado por desafios e vitórias da classe. Confira algumas das ações realizadas ao logo no ano.

Eleições

Em 2021 a ADEP-MG realizou suas primeiras eleições totalmente virtuais. Associadas e associados tiveram a oportunidade de escolher os novos dirigentes da entidade de classe sem precisar comparecer presencialmente para votar. A chapa "ADEP Mais Forte", representada pelo presidente da Associação, Fernando Martelleto, foi a vencedora do pleito.

Com candidaturas individuais, também foram eleitos os cinco candidatos mais votados para o Conselho Consultivo, sendo eles: Marolinta Dutra, Criscel Barros da Costa e Oliveira, Glauco de Oliveira Marciliano, Daniela Duarte Quintão e Gilvan de Oliveira Machado.

A posse da nova diretoria da ADEP-MG foi realizada em março pela Comissão Eleitoral da ADEP-MG para as Eleições Biênio 2021-2023 em solenidade virtual.

Recuperação Fiscal

Em maio, o presidente da ADEP-MG, Fernando Campelo Martelleto, juntamente com dirigentes de entidades de classe, protocolaram, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Nota Técnica sobre o PL 1202/2019, de autoria do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. Também estiveram presentes no parlamento mineiro a presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais (Affemg), Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, do presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (AOPMBM), Coronel PM Ailton Cirilo, e do presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco-MG), Marco Antonio Couto dos Santos.

Combate ao racismo

Abrindo as ações da Campanha Nacional da ANADEP 2021, a ADEP-MG realizou, no dia 20/05, a roda de conversa virtual com o tema "O acesso da pessoa negra ao sistema de justiça". A transmissão foi aberta a todos os interessados e contou com a participação, como facilitadora, da defensora pública associada Lígia Oliveira, e, como mediador, do mestre e doutorando pela UFMG, Deivide Ribeiro. Como debatedores, a live recebeu a presidenta da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Maria Tereza dos Santos, e a juíza do estado de São Paulo, Flávia Carvalho.

Em novembro, o diretor para assuntos institucionais e parlamentares da ADEP-MG, Maxnei Gonzaga, e a presidenta do Conselho Consultivo da Associação, Marolinta Dutra, participaram do seminário "Atuação antirracista da Defensoria Pública na perspectiva criminal". O evento, promovido pela ANADEP e pela Comissão Temática da Igualdade Étnico-Racial, foi realizado em alusão ao mês da consciência negra e de Zumbi dos Palmares, na sede do Sindicato dos Jornalistas de Brasília. O diretor da ADEP-MG, Maxnei Gonzaga, participou do segundo painel do seminário, que teve como tema "A Atuação da Defensoria Pública no âmbito criminal e perspectiva antirracista". O painel contou, ainda, com a participação das defensoras Carla Caroline Silva (SE) e Alessandra Quines (RS).

Foto: Ascom DPMG

Previdência complementar

Em abril, o presidente da ADEP-MG, Fernando Campelo Martelleto, e o diretor-tesoureiro da Associação, José Henrique Maia, reuniram-se com o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, para debater a possibilidade de migração para o regime de previdência complementar das defensoras e dos defensores públicos. Estiveram presentes no encontro o sub-defensor público geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, o assessor da defensoria geral, Cláudio Miranda Pagano, e o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, membro do Conselho Deliberativo da PREVCOM.

Já no início de julho, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou da audiência pública sobre o impacto do Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/21, de autoria do governador Romeu Zema, que amplia o conjunto de servidores que poderão aderir ao Regime de Previdência Complementar do Estado. A reunião, requerida pela deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), foi realizada pela Comissão de Administração Pública da ALMG no Auditório José Alencar.

ALMG

Ouvidoria

A Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) promoveu, no dia 08 de julho, audiência pública para debater as alterações dos Projetos de Lei Complementar (PLCs) 79/18 e 52/21, bem como a criação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública de Minas Gerias. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou presencialmente da reunião na casa legislativa.

Diversos representantes de organizações jurídicas e de movimentos sociais tiveram a oportunidade de manifestar sobre a importância da criação da Ouvidoria Externa da Instituição.

Na ocasião, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, apontou que a criação da Ouvidoria externa se faz necessária para o futuro da própria Defensoria Pública. "A Ouvidoria Externa é salutar, é importante, é necessária, até para que a Defensoria possa fazer sua autoanálise e realmente enxergar em que pontos ela precisa avançar, evoluir, se aprimorar para bem representar o seu papel constitucional", disse Martelleto.

Jusprev

A ADEP-MG conquistou o segundo lugar na campanha de incentivo à adesão do PLANJUS (Plano de Benefícios Previdenciários), administrado pela JUSPREV, e que envolveu a participação de 87 Associações que integram os Órgãos Colegiados. A segunda edição da campanha, realizada entre os dias 24 de junho e 16 de agosto, teve como objetivo estimular associadas e associados a conhecer mais sobre o PLANJUS, realizar simulações e aderir ao plano de previdência por meio de uma consultoria personalizada.

A premiação, um scanner destinado à Associação, foi entregue em setembro pelo defensor público e membro do Conselho Deliberativo da JUSPREV, Sergio Riani, e pela consultora previdenciária da Instituição, Carolina Dutra. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, a vice-presidente, Eliane Medeiros, e o diretor sociocultural, Bruno Barcala, receberam os representantes da JUSPREV.

Inaugurações

Nos dias 1, 2 e 3 de setembro, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e o diretor do Interior, Adalberto Pelli, prestigiaram a inauguração das novas sedes da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), nas cidades de Janaúba, Januária e Montes Claros. As novas instalações contam com melhorias para atender os assistidos da DPMG. A solenidade contou com a presença das defensoras e dos defensores públicos da região, além de autoridades locais.

Parcerias

A diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência (RMBH), Mila Batista Leite Corrêa da Costa, foi recebida em novembro pelos diretores da ADEP-MG. O encontro teve como objetivo a busca de parcerias para importantes temas ligados aos assistidos da Defensoria Pública que tenham a interveniência da agência governamental.

Mérito Legislativo

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou, em novembro, a entrega da "Ordem do Mérito Legislativo 2021". O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu a Ordem do Grande Mérito. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e o corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes, prestigiaram a solenidade de homenagem.

Foto: TJMG

Homenagem

Em outubro, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, foi condecorado com a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena, concedida pela Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais a pessoas que prestaram relevantes serviços à instituição e à Justiça de Primeira Instância em Minas Gerais. A medalha é entregue anualmente desde 1986.
O evento, com restrição de público devido à pandemia, contou com a presença dos familiares do homenageado, sendo a esposa, Marina Alló, e o filho e defensor público associado João Otávio Santiago Martelleto, além da vice-presidente da ADEP-MG, Eliane Medeiros, o corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes, e a coordenadora do Atendimento da Capital, defensora pública Sílvia Leonel Ferreira.

Foto: Agência Senado

ANS

A vice-presidente da ADEP-MG, Eliane Aparecida de Castro Medeiros, foi indicada para ocupar o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde (ANS). A defensora foi sabatinada e aprovada no dia 1º de dezembro na Comissão de Assuntos Sociais (CNS) e teve seu nome confirmado pelo Plenário do Senado. Eliane Aparecida de Castro Medeiros ocupará a vaga de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, que assumiu a função de diretor-presidente da ANS.

Defensoria na ALMG

No mês de dezembro, em cerimônia realizada no Salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi inaugurado o Posto de Atendimento da Defensoria Pública de Minas Gerais, que funcionará no Espaço Cidadania do parlamento mineiro. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e a diretora suplente, Luciana Vieira, participaram do evento de inauguração.

Fotos: ASCOM ANADEP

Diretoria Nacional

Entre as diversas participações em Assembleias Gerais, a ADEP-MG esteve presente em ações realizadas pela ANADEP. Em fevereiro, foi empossada a nova diretoria, tendo como presidente a defensora pública do Acre, Rivana Ricarte. Entre os novos integrantes da diretoria nacional estão dois associados mineiros: Flávio Wandeck, com o cargo de vice-presidente jurídico-legislativo, e o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, que ocupa o cargo de coordenador da Regional Sudeste.

Em agosto, por não participar presencialmente da solenidade de posse, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, recebeu da presidente da ANADEP, Rivana Ricarte, o certificado de posse como diretor-coordenador da Região Sudeste da atual diretoria da Associação Nacional.

Competição

Por mais um ano, a ADEP-MG apoiou a II Competição Brasileira de Direito e Processo Penal. Nesta edição, a disputa também ganhou o apoio da ANADEP. Defensoras e defensores públicos de várias regiões do país participaram como avaliadores.

Coordenação

Em março, o presidente da ADEP-MG e coordenador Regional da ANADEP para Região Sudeste, Fernando Campelo Martelleto, participou da reunião da diretoria da Associação Nacional e de seus coordenadores regionais. Durante o encontro, as defensoras e defensores conversaram sobre as ações das entidades de classe de cada região e discutiram linhas de atuação desta nova gestão.

Enem

Você viu? O tema da redação da edição de 2021 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) foi "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil". Para auxiliar os(as) participantes, a prova trouxe como texto moderador trecho de cartilha produzida pela ANADEP para a campanha "Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal: onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos".

Última AGE

No dia 9 de dezembro, foi realizada a última assembleia geral extraordinária de 2021, promovida pela Associação Nacional, na qual foi apresentado um resgate de todo o trabalho realizado pela entidade no âmbito legislativo e jurídico. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e a vice-presidente, Eliane de Castro Medeiros, estiveram presentes no encontro.

TJMG

No início de maio, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou virtualmente do encerramento da Semana de Integridade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O evento contou com a palestra do ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes.

Nuiref

Em setembro, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais lançou o Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (Nuiref), que tem como objetivo planejar e executar ações para impulsionar a regularização fundiária em Minas Gerais. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou da solenidade de lançamento.

Fotos: TRE-MG

Homenagem Rodrigo Pacheco

No dia 7 de junho, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou virtualmente da homenagem articulada pelo Ministério Público ao senador Rodrigo Pacheco (DEM). Ex-estagiário da Instituição, Rodrigo assumiu a presidência do Senado em 2021. A homenagem contou com a presença de diversas autoridades estaduais e nacionais. Durante o seu discurso, o senador Rodrigo Pacheco relembrou sua carreira no Direito e agradeceu a todos que o ajudaram durante o período de formação profissional.

TRE

O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, realizou uma visita de cortesia no dia 4 de novembro ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Marcos Lincoln dos Santos, e ao defensor público e juiz substituto do TRE-MG, Marcos Lourenço Capanema de Almeida. Durante o encontro, os presentes conversaram sobre o trabalho das Instituições e da Associação.

TSE

O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, participou, no dia 23 de novembro, em Brasília, da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo de Minas Gerais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para promover o compartilhamento de dados biográficos e biométricos (impressões digitais e de face) na prestação de serviços, a fim de melhorar a identificação civil e criminal no estado, alinhada à Identificação Civil Nacional (ICN), em consonância com o disposto na Lei nº 13.444/2017. Assinaram o acordo o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso; o governador de Minas, Romeu Zema Neto; o delegado-geral de Polícia Civil, Joaquim Francisco Neto e Silva; o subsecretário de Governança Eletrônica e Serviços do estado, Rodrigo Diniz Lara; e o presidente do TRE-MG, desembargador Marcos Lincoln dos Santos.

Em dezembro, a vice-presidente da ADEP-MG, Eliane Medeiros, participou da palestra “Novas modalidades de abuso: poder religioso, redes sociais e fake news”, proferida pela ministra substituta do Tribunal Eleitoral, Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro. O evento foi realizado no auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

TRE e ADEP-MG

A diretora da Escola Jurídica Eleitoral de Minas Gerais, juíza Lívia Lúcia Oliveira Borba, foi recebida, no dia 6 de dezembro, na sede da ADEP-MG pelo presidente da entidade, Fernando Martelleto, e pela vice-presidente, Eliane de Castro Medeiros. A reunião de trabalho aconteceu em razão do evento que está sendo organizado pela ADEP-MG em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), previsto para acontecer no dia 25 de março de 2022 com tema a “Democracia e acesso à justiça eleitoral”.

TCE-MG

O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, e o advogado que presta serviços para a Associação, Luis Carlos Abritta, estiveram reunidos no dia 13 de dezembro com o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Durval Ângelo, para tratar de assuntos de interesse da classe.

Nova diretoria AMAGIS

No dia 16 de dezembro, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, a vice-presidente, Eliane Medeiros, e o diretor sociocultural e de esportes, Bruno Barcala, receberam, na sede da Associação, a visita dos dirigentes da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Estiveram presentes o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o presidente eleito para o triênio 2022-2024, o juiz Luiz Carlos Rezende, a vice-presidente administrativa eleita, juíza Rosimere do Couto, e o juiz aposentado Auro Aparecido Maia de Andrade.
Na visita dos dirigentes da Amagis, o presidente eleito, juiz Luiz Carlos Rezende, entregou ao presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, o convite para a solenidade de posse da nova diretoria, que acontecerá no dia 03 de janeiro de 2022.
Na ocasião, os diretores da ADEP-MG entregaram o “Diagnóstico Institucional da DPMG”, publicação produzida pela Associação que faz um raio-x da atual situação da Defensoria Pública em Minas Gerais.

Ascom Affemg

Posse Sindifisco

Ainda no dia 16 de dezembro, tomou posse a nova diretoria do Sindifisco-MG, eleita para o biênio 2022-2023. Assume a direção da entidade o presidente eleito, Edson Mateus, que ocupa o cargo deixado por Marco Couto. O presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, prestigiou a solenidade de posse da nova diretoria.

Samba das Camélias

De origem asiática, a camélia, flor rara no Brasil do século 19, foi usada como símbolo por abolicionistas que lutavam pelo fim da escravidão em nosso país. O uso da flor, considerada subversiva, serviu como código de identificação por aqueles que comungavam do mesmo ideário. Desse ideal de liberdade também surgiu o samba, que se desenvolveu da dança dos escravos libertos e, enfrentando todo tipo de resistência, tornou-se referência da cultura brasileira.

O "Samba das Camélias", live realizada pela ADEP-MG no dia 19 de maio, data em que se comemora o Dia Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos, reuniu vozes, sonhos e lutas em forma de música e com um recado claro: a necessidade de mudanças para o combate ao racismo.

Abrindo a roda de samba, a defensora pública associada Maria Auxiliadora Viana Pinto, decana da Defensoria Pública de Minas Gerais, entoou um discurso forte e cantou a música "Black is Beautiful", composição de Marcos Valle e eternizada na voz de Elis Regina. Em seu discurso potente, Maria Auxiliadora falou sobre os trabalhos desenvolvidos pela ANADEP, ADEP-MG e CONDEGE para o combate ao racismo e relembrou, historicamente, do processo para criminalização dessa prática.

"A palavra racismo era proibida, não existia, até mesmo porque, no Brasil, a notícia era que o racismo não existia. Eu fui ouvir pela primeira vez o racismo ser debatido nessa dimensão de algo que não poderia continuar na Assembleia Nacional Constituinte", relembrou Maria Auxiliadora.

Em seguida, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, deu as boas-vindas e falou sobre a importância da iniciativa.

"Nós tivemos a alegria de poder conciliar o tema da campanha de 2021 da ANADEP, de combate ao racismo, com a semana das defensoras e dos defensores públicos e, num único evento, conciliar esse chamado para uma reflexão da importância desse tema, que precisa ser debatido, enfrentado, entendido e superado, para que a gente possa seguir em frente com desenvolvimento, com alegria, reconhecimento e com a busca do amor e da felicidade entre todas as pessoas", avaliou Martelleto.

Vozes potentes

Nascida na comunidade Pedreira Prado Lopes, na região da Lagoinha, berço do samba belo-horizontino, a cantora Adriana Araújo foi quem comandou o "Samba das Camélias". Destacando-se como uma das grandes vozes do samba mineiro, a artista é considerada um dos grandes talentos da atual geração, mantendo viva a tradição do gênero musical que é símbolo da identidade brasileira e, principalmente, da relevante contribuição cultural da população negra.

A live contou ainda com as apresentações da DJ Camila Alves e de Liah João, ambas servidoras da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Samba na rede

1:48:28 Rodrigo Protagonismo negro hoje e sempre! Lindo demais!

15:17 Renata Simião Gomes Lindo demais Auxiliadora!

1:15:02 Ana Sofia Camila, talento puro 👏👏👏

1:53:29 Lau Carvalho Arrassaram! 💚💚💚

11:30 Vera Guimaraes Uhuhuhu! Arrasa Auxiliadora!!!!Não conhecia esse seu lado artístico! 👏👏👏

Fotos: Árvore Filmes

VOZ DE LUTA

ADEPMG
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS

VOZ DE LUTA

Por nove semanas de 2021, a ADEP-MG exibiu depoimentos que impactaram muitas pessoas e convidaram para debater sobre o racismo. A websérie "Voz de Luta" trouxe histórias e depoimentos de defensoras, defensores, servidoras e servidores negros e negras da Defensoria Pública de Minas Gerais.
Vivências, realidades, superações e, principalmente, a força para erradicar o racismo serviram de enredo para que as vozes dos participantes chegassem aos mais diversos públicos. A partir de uma doação pessoal dos personagens ao contar suas histórias, os vídeos tiveram como objetivo contribuir para combater práticas racistas.
"Voz de Luta" é uma ação da ADEP-MG e faz parte da campanha "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial", realizada pela ANADEP e que conta com o apoio da Associação mineira. A iniciativa da campanha nacional visa fomentar a necessidade de equidade étnico-racial no acesso a direitos e políticas públicas de pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais.
Nas próximas páginas, confira os depoimentos dos participantes sobre a importância da websérie. Todos os episódios estão disponíveis no hotsite www.adepmg.org.br/vozdeluta ou no canal do YouTube da ADEP-MG.

ASSISTA OS DEPOIMENTOS E APOIE A NOSSA LUTA

Fotos: Árvore Filmes

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Lígia Olímpio - Defensora Pública

“Falar sobre racismo, para mim, mulher e negra, antes de mais nada, significou dor. Dor por ter que falar que o fato de minha pele ser mais escura não me torna menos humana, menos qualificada, menos igual. Ao mesmo tempo, compor o ‘Vozes de Luta’ foi contribuir para o plantio de sementes, sementes de mudança e de esperança, porque é assim, com posturas ativas, ações e reações firmes, muitas vezes, dizendo o óbvio, sendo a ‘chata’ e a ‘mimizenta’ da roda entre amigos, que conseguiremos não ser melhores, nem superiores, mas sermos respeitadas e respeitados como iguais. Agradeço imensamente a oportunidade de poder ser, efetivamente, uma ‘Voz de Luta’!”

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Liah João - Servidora DPMG

“Participar do ‘Voz de Luta’ foi de grande importância neste momento de batalha e de conscientização que nós, negros, estamos vivendo. Abrir esse espaço para mostrar que o negro também tem voz e tem vez e que, apesar de lutas e dificuldades diárias que vivemos, buscamos sempre caminhar para um futuro mais digno e mais próspero para a comunidade negra. Obrigado, ADEP-MG, pela iniciativa e respeito.”

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Marolinta Dutra - Defensora Pública

“O projeto ‘Voz de Luta’ foi um divisor de águas no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Dar voz, espaço e visibilidade às negras e aos negros é algo que nunca existiu dentro da Defensoria. É um caminho sem volta, foi um passo importantíssimo na luta antirracista, na luta contra o racismo estrutural que existe na nossa sociedade e que existe, obviamente, também dentro da casa da cidadania, que é a Defensoria Pública. Então, foi um projeto maravilhoso, a ADEP-MG está de parabéns por ter abraçado essa luta antirracista e eu me sinto extremamente feliz e honrada por ter participado desse projeto.”

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Maxnei Gonzaga - Defensor Público

“O projeto ‘Voz de Luta’, para mim, foi muito importante, libertador, foi o momento de poder falar, se emocionar, de poder levar à sociedade um pouco do que nós sentimos em razão do que acontece com aquele que tem a pele negra, aquele que sofre determinadas discriminações em razão da sua etnia. Então, esse projeto foi muito bom, muito desafiador e, também, emancipador, pois quebrou paradigmas ao possibilitar justamente que pessoas que se encontram numa instituição, que tem por finalidade o combate ao racismo, que tem por finalidade a promoção da igualdade racial, possam falar sobre esse projeto”.

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Ana Cláudia Alexandre - Defensora Pública

“A ação da ADEP-MG foi muito importante. Os episódios de ‘Voz de Luta’, além de terem ficado muito bonitos, chamam muita atenção por ter a participação de defensores e servidores, pessoas da Casa que estão representando as pretas e pretos, que são a maioria dos nossos assistidos. Então, um projeto desse demonstra que, na Defensoria Pública, a gente tem essa missão antirracista, de lutar a favor dos direitos desses povos. O mais importante é lutar contra o racismo de uma forma institucional, de uma forma estrutural, já que ele ainda está muito presente na nossa sociedade e nada melhor que um projeto como esse para que nós, que representamos as pretas e pretos da Defensoria, possamos falar também sobre nosso ponto de vista”.

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Bruno Demétrio - Aprovado no 8° concurso da DPMG

“Foi uma experiência que trouxe vários sentimentos. Tive orgulho de estar ao lado de pessoas pelas quais tenho admiração, contando suas histórias e buscando trazer reflexões, exemplos e lutas. Ao mesmo tempo que é gratificante, é difícil tratar do assunto. É um misto de sentimentos, mas, no final das contas, a determinação dá força para continuar lutando e buscando construir uma história diferente”.

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Maria da Consolação Souza Paula - Defensora Pública

"O projeto 'Voz de Luta' é muito bem-vindo por permitir um lugar de fala de nossas insatisfações, realizações e anseios, como cidadãos e como pessoas comprometidas com a efetivação da justiça social em nosso país. Para mim, foi uma experiência muito gratificante ter participado, como mulher negra e mestiça e como defensora pública que fui por 40 anos, sobre as questões do racismo que perduram desde a invasão do território brasileiro pelas Cortes Europeias".

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Cláudio Luiz - Servidor Público da DPMG

"Sinto-me muito honrado, gratificado e enobrecido. A importância da ação projeto 'Voz de Luta' tem a responsabilidade de trazer à baila um tema como este. Dar voz e lançar luz sobre a obscuridade social da discriminação racial, do ponto de vista da representação de uma classe tão importante, que diz respeito à estrutura a Defensoria Pública mineira e seus colaboradores, quiçá quando a maioria dos negros perceberem que são negros. O projeto 'Voz de Luta' tem como cerne o fulcro de descortinar, retirar os antojemos daqueles que sejam brancos ou negros, reafirmando que somos criaturas criadas pelo arquiteto do universo. De outro lado, fortalece ainda mais os cientes da luta e sua duração, tal qual se depreende das ações do projeto 'Voz de Luta'".

Aponte a câmera para o QR Code
e confira o depoimento

Liliana Martins - Defensora Pública

"A minha participação no projeto 'Voz de Luta' foi muito impactante para mim, pois me fez pensar em momentos que vivenciei em uma época que eu não tinha consciência sobre a minha negritude e me fizeram pensar nas dores que eu sofri, nas dores que eu carrego e, ao mesmo tempo, em como sobrevivi às violências pelas quais passei".

A ADEP-MG já garantiu acesso para todos os seus associados. **Entre em contato e ative hoje mesmo seu login!**

Na **D'Plácido Digital** você encontrará todos os títulos da Editora D'Plácido e seus selos. São mais de **700 livros em todas as áreas do Direito**, atualizados e com temas que estão em discussão no cenário jurídico nacional e internacional.

D'PLÁCIDO DIGITAL

Copiar e colar textos

Anotações e destaques

Pesquisa global

Audiobook

A D'Plácido Digital tem ferramentas que vão te ajudar a produzir com mais rapidez e maior qualidade bibliográfica.

A praticidade dos ebooks e toda a qualidade do catálogo da Editora D'Plácido disponíveis em uma ferramenta multiplataforma fácil de usar.

Conheça agora em **www.dplacidodigital.com.br**

Do debate à posse

Defensoras e defensores elegem novos membros para o Conselho Superior

A nova composição do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, biênio 2021-2023, tomou posse no final de novembro. Antes, porém, além das campanhas individuais, as candidatas e os candidatos enfrentaram uma maratona de perguntas por mais de 3 horas no debate promovido pela ADEP-MG.

Realizado no dia 04 de novembro, de forma totalmente virtual, conforme solicitação dos candidatos e candidatas, o debate promovido pela ADEP-MG permitiu que as defensoras e os defensores públicos conhecessem melhor as propostas e o pensamento dos concorrentes a uma vaga no Conselho Superior. Contando com a presença virtual dos 11 candidatos e candidatas, o debate teve a transmissão de forma aberta no canal do YouTube da ADEP-MG.

Ao abrir os trabalhos, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, acompanhado da presidenta do Conselho Consultivo da Associação, Marolinta Dutra, e pelo associado Marco Túlio Frutuoso Xavier, explicou as fases do debate.

Na primeira fase, as candidatas e candidatos realizaram suas apresentações, seguidas da segunda fase, que consistia na resposta às perguntas enviadas por e-mail. Posteriormente, as candidatas e os candidatos responderam a perguntas comuns, formuladas a todos, que consistiam no questionamento sobre o vínculo associativista e a importância da ADEP-MG. Na fase quatro, as candidatas e os candidatos realizaram perguntas e respostas entre si. Ao final, foram feitas as considerações finais.

Nas redes sociais e no canal do YouTube da ADEP-MG, o público acompanhou o debate e reagiu aos seus candidatos e candidatas de preferência. Confira no box algumas manifestações.

A eleição para o Conselho Superior aconteceu no dia 05 de novembro, de forma virtual, sendo proferido o resultado do pleito poucos minutos depois do seu encerramento.

Composição inédita

Na manhã do dia 26 de novembro, o Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais empossou seus novos membros eleitos para o biênio 2021-2023. Andréa Abritta, Gustavo Dayrell e Liliana Soares Martins Fonseca foram eleitos para o segundo mandato. Felipe Soledade e Gilmara Andrade, que já ocuparam o cargo em outras gestões, retornam como membros eleitos. A defensora Camila Umpierre estreou como conselheira. Pela primeira vez, o Conselho Superior conta com quatro defensoras públicas como membras eleitas.

Ao uso da fala, o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, agradeceu e reconheceu o trabalho desenvolvido pelos conselheiros que deixaram o cargo. "Aos que estão nos deixando, as palavras são de agradecimento e reconhecimento pelo valoroso trabalho que prestaram e contribuíram para a nossa Instituição". Dirigindo-se aos membros integrantes do Conselho Superior biênio 2021-2023, Martelleto desejou que o trabalho siga a evolução deixada pelo mandato anterior. "Aos novos conselheiros e conselheiras, sejam recebidos com muita alegria, com muita esperança de todos nós, nesse trabalho de contínua evolução que aqueles que permanecem e continuam no cargo vêm desenvolvendo", disse o presidente da ADEP-MG.

A vice-presidente da ADEP-MG, Eliane Medeiros, também prestigiou a solenidade de posse do novo Conselho Superior.

Força feminina

Com uma composição de eleitos majoritariamente feminina, o Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais atinge, pela primeira vez, a maior diversidade desde sua criação, ainda em 2010, quando teve como a primeira membra eleita a defensora pública Andrea Abritta.

Em sua fala, a conselheira Gilmara Andrade destacou a importância da minoria na construção da democracia. "Percebi que fui duplamente agraciada, para além de ter sido membra eleita do Conselho Superior, recebi aqui o título de representante das minorias, e, também, em nosso dia a dia, representamos as minorias. Assim, poeticamente, analisei essa votação e recebi com muita felicidade e alegria".

Por sua vez, a conselheira Camila Umpierre destacou que, ao escolher a Defensoria Pública, escolhe-se "o caminho da luta" nos atendimentos aos assistidos. "Me coloco à disposição para travarmos a nossa luta, que é muito honrosa, cada dia mais com afinco, dedicação, na busca por dias melhores".

Reconduzida ao cargo, a conselheira Liliana Soares revelou o crescimento pessoal e institucional durante o primeiro mandato e destacou a importância da diversidade na composição do Conselho Superior, que vem sendo construída ao longo dos anos. "Sem querer diminuir qualquer grupo, mas, hoje, nós somos a maioria de mulheres no Conselho Superior, o que é muito raro de ver em qualquer instituição".

Ao fim, Andréa Abritta, membra eleita com o maior número de votos entre os candidatos e candidatas, relembrou a trajetória na Defensoria Pública, agradeceu aos colegas que deixaram o Conselho Superior e desejou boas-vindas aos novos membros: "Bem-vindas, Camila e Gilmara, bem-vindo, Felipe, a este órgão colegiado palco democrático legítimo das mais intensas e significativas discussões institucionais".

Da esquerda para direita: Andréa Abritta, Liliana Soares, Camila Umpierre e Gilmara Andrade.

Homenagem às associadas e associados

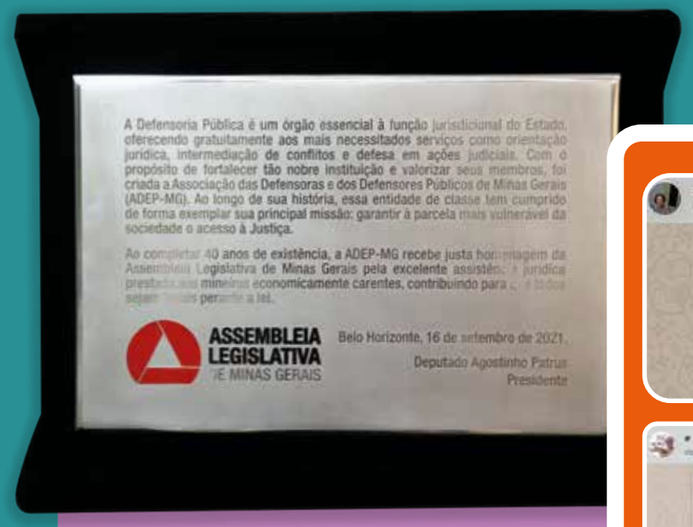
Em decorrência do cenário de incertezas sobre o estágio da pandemia de Covid-19, especialmente quanto à realização de eventos de grande porte, a Diretoria da ADEP-MG, de forma transparente e responsável, decidiu pela não realização da tradicional "Festa de Confraternização de Final de Ano".

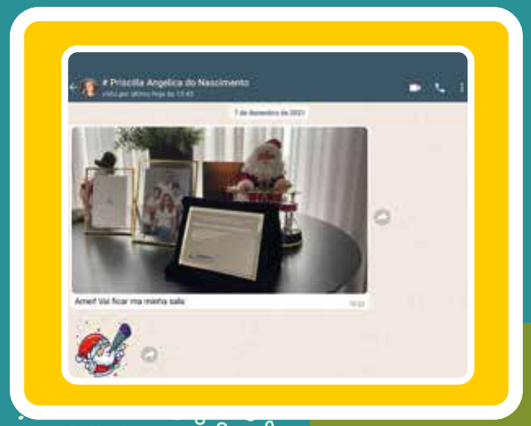
Na época da decisão, apesar do avanço da vacinação, os protocolos sanitários exigidos para realização de eventos de grande porte como o nosso (acima de 400 pessoas), bem como a necessidade de contratação antecipada de fornecedores, como buffet, banda e toda estrutura necessária para realizar a festa, sem as garantias necessárias, inviabilizou a realização do evento.

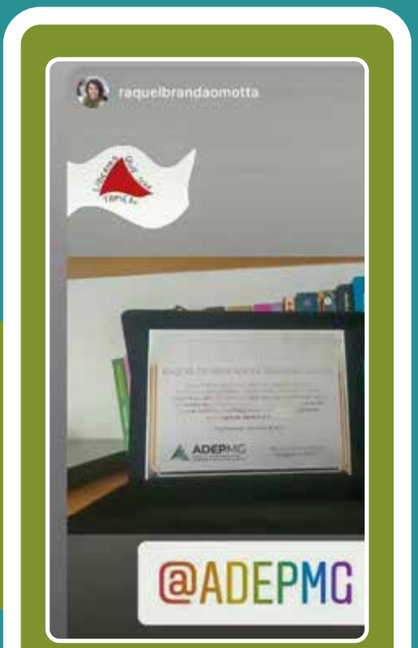
No entanto, com o propósito de reconhecer e valorizar a importância e o esforço de cada associada e associado para a efetivação do acesso à justiça e para o fortalecimento da própria classe, que, por sua atuação individual ou coletiva, dá sustentação à Associação e contribui para o engrandecimento da Instituição Defensoria Pública, o presidente da Associação, Fernando Martelleto, optou pela produção de uma placa de homenagem em nome de cada membro(a) associado(a).

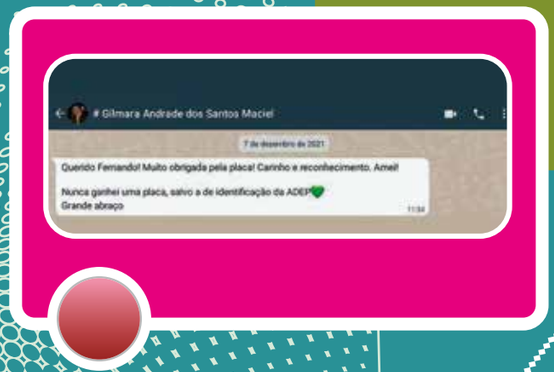
O envio das placas aos associados e associadas também foi um desdobramento da homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em setembro de 2021, pelos 40 anos de trajetória e lutas da ADEP-MG.

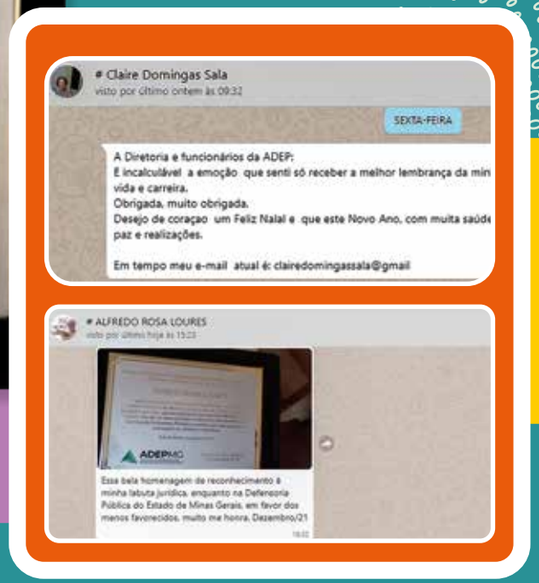
Desse modo, apesar das dificuldades, lutas e vitórias vivenciadas em 2021, na singularidade da homenagem prestada por meio da singela placa metálica, o objetivo foi demonstrar o grande valor e a importância do associativismo para a elevação e prestígio das defensoras e dos defensores públicos mineiros.

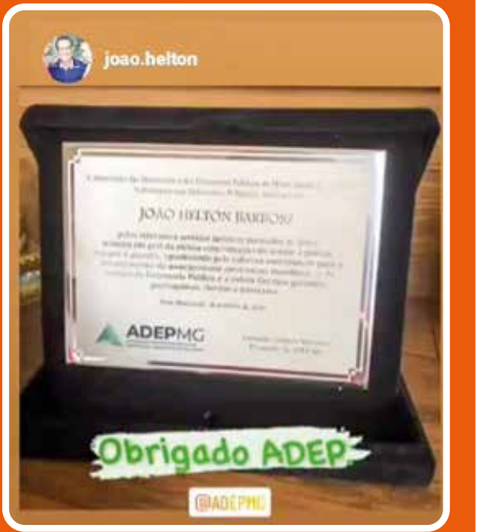


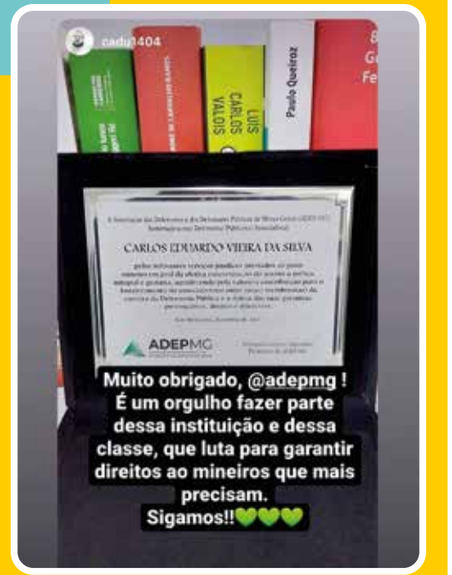


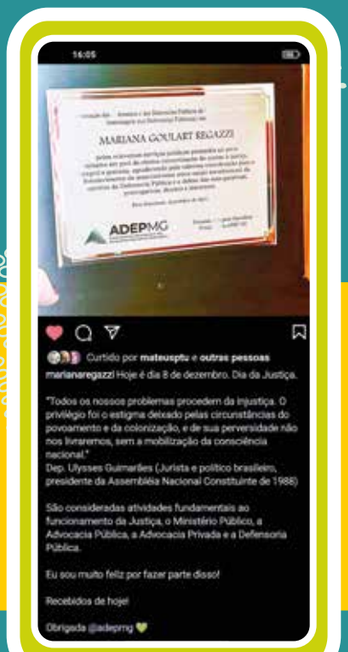












"Estou muito feliz em receber essa placa com as homenagens pelos serviços prestados junto à Defensoria Pública e, com certeza, como membra da ADEP-MG. Ficou linda, tocou o coração e nos envaideceu".

Ana Sofia Rezende Sauma, defensora pública associada

DEFENSORES 8º CONCURSO

MAIS REFORÇOS

Durante o ano de 2021, a Defensoria Pública de Minas Gerais ganhou reforços com a posse de defensoras e defensores públicos provenientes do 8º concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição. Seguindo a tradição das primeiras turmas do concurso em vigência, todos os novos empossados tornaram-se associados e associadas da ADEP-MG.

Em março, a segunda turma do 8º concurso foi composta por 21 novos defensores e defensoras. Em agosto, foram empossados mais seis aprovados da terceira turma. Já em outubro, mais uma defensora pública foi empossada. Fechando o ano, em dezembro, a Defensoria Pública recebeu mais três defensoras públicas.

O 8º concurso da carreira da Defensoria Pública de Minas Gerias contou com mais de 10 mil candidatos que concorreram a 30 vagas. Composto por cinco etapas, o certame iniciou-se em 2019 e foi concluído em 2020.

Sal e luz

A mensagem do presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto, durante a posse da 3º turma do 8º concurso, pode ser reproduzida a todos que, em 2021, ingressaram na Instituição. Discorrendo sobre a carreira e a importância do trabalho das defensoras e dos defensores públicos na vida dos assistidos, Martelleto frisou a importância que a nova carreira trará para os assistidos e assistidas que recorrerão à Defensoria Pública em busca de auxílio.

"Então, nessa longa jornada, sejam sal e luz na vida das pessoas, fazendo a diferença em suas vidas, e contem com a ADEP-MG para o empoderamento e a defesa dos senhores enquanto estiverem travando esse bom combate na lida do dia a dia", disse o presidente.

COMEMORAÇÕES INTERIOR

CELEBRAÇÕES

Criado em 2019, o Programa de Fortalecimento do Associativismo (PROFAS) vem sendo utilizado pelas associadas e associados do interior conforme as regras definidas em portaria da ADEP-MG. Para celebrar o fim do ano, diversas regionais da Associação utilizaram parte do recurso para a realização de confraternizações entre os associados e associadas. Confira algumas fotos.

IPATINGA

GOVERNADOR VALADARES

JANAÚBA

SÃO JOÃO DEL REI

BARBACENA

TEÓFILO OTONI

PARÁ DE MINAS

FUTEBOL 2021

De volta ao campo

A bola retornou aos campos em dezembro no tradicional futebol dos defensores públicos de Minas Gerais. Com a situação da pandemia mais controlada, os defensores, divididos entre times do interior e da capital, realizaram um confronto futebolístico marcada por reviravoltas.

A equipe do interior abriu o placar e parecia que ia aplicar uma goleada de 7x1 sobre o time da capital. Mas a equipe da capital foi valente e buscou o empate e o jogo terminou 7x7.

O futebol dos defensores é realizado anualmente, desde o CONADEP de 2017 em Florianópolis. A competição acontece na mesma data da Festa de Confraternização da ADEP-MG, que, devido à pandemia do Covid-19, não foi realizada neste ano. Entretanto, com a iniciativa e organização dos próprios defensores que compõem os times, a partida foi realizada. A ADEP-MG, buscando apoiar a ação, emprestou os uniformes e custeou a locação da quadra de futebol.

“Recomeço Brumadinho” recebe Grande Prêmio de Comunicação

O documentário “Recomeço Brumadinho” é o vencedor do Grande Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021, organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça. A solenidade de premiação aconteceu em outubro, durante o II Seminário online de Comunicação & Justiça.
A ADEP-MG foi representada no evento por seu assessor de comunicação, Diego Alvarenga.
A categoria “Grande Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça” contempla os projetos selecionados entre os finalistas relacionados nas 13 categorias da premiação. A votação para o vencedor reuniu votos do júri técnico e do júri popular. Nessa edição, concorreram, ao todo, 209 trabalhos.

CONFIRA O DOCUMENTÁRIO EM WWW.ADEPMG.ORG.BR OU ESCANEIO O QR CODE.

ADEPMG

ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DOS
DEFENSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS